



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

**ESCOPO DA COMISSÃO DE CONTROLE DE GASTOS PÚBLICOS**

A Comissão de controle de gastos públicos da OAB-DF nasce de um projeto que visa a disseminação do conhecimento do Direito Financeiro, bem como de seus instrumentos.

Nasceu de um projeto apresentado à atual gestão da OAB DF (protocolo nº 07.0000.2018.025857-4) em que parte-se do conhecimento dos seus Membros fundadores do pouco domínio da matéria afeta ao Direito Financeiro, notadamente orçamentos e lei da responsabilidade fiscal, por parte dos Advogados, estudantes de Direito, e, ainda mais, da sociedade como um todo.

Dessa maneira, visando à disseminação do Direito Financeiro, iniciando pelos seus artigos constitucionais (163 a 169), passando por suas leis gerais, a Lei nº 4.320, de 1964, e a Lei Complementar nº 101, de 2000 (a Lei da Responsabilidade Fiscal), até a análise das leis orçamentárias (plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual), a Comissão de controle de gastos públicos da OAB-DF pretende levar aos Advogados, estagiários de Direito e a sociedade brasiliense o conhecimento dessas ferramentas, e, sobretudo, sua aplicação às finanças públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal, para o grande objetivo de melhoria das finanças públicas de todos os brasilienses e o efetivo exercício da cidadania no controle dos gastos públicos locais.

Entendemos que o controle social somente pode ser efetivamente exercido com uma cidadania que tenha, como premissa, a possibilidade de analisar dados das finanças públicas, para após criticá-los e exercer a cobrança por parte dos Gestores públicos. Mas isso exige um aprendizado e tratamento de dados que



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

possam fornecer à sociedade análises que não necessitem de conhecimentos específicos de técnicos na matéria.

Para isso, a elaboração de Informativos e o fornecimento de informações periódicas que mostrem à sociedade brasileira as questões que envolvem o gasto público no GDF, são algumas das propostas da Comissão, agora criada.

Esse cenário, aliado a projetos correlatos de aperfeiçoamento das finanças públicas, como melhorias no sistema de contratação pública e de melhor gerenciamento dos insumos postos à disposição dos governantes, é o pano de fundo para que a Comissão de controle de gastos públicos da OAB DF traga os Advogados, os estudantes de Direito, as Faculdades, o Poder público do GDF e a sociedade brasileira como um todo para um ambiente de discussão, crítico e propositivo para melhorias nas finanças públicas do GDF, que, ao final, tem como produto a melhora da vida de todos os brasileiros, com a maximização do gasto público no GDF.

Participe!